

Universidade Federal de Goiás  
Media Lab / UFG  
Observatório Brasileiro de Economia Criativa - GO

# **Coleção Dimensões: Patrimônio Cultural Imaterial**

**Goiânia  
2016**

## **FICHA TÉCNICA**

### **REITORIA**

Orlando Afonso Valle do Amaral

### **PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO**

Maria Clorinda Soares Fiarovanti

### **COLEÇÃO DIMENSÕES ECONÔMICAS DA CULTURA**

OBEC - GO / Media Lab / UFG

### **ORGANIZADOR**

Cleomar Rocha

### **CONSELHO EDITORIAL**

Dr. Carlos Augusto da Nóbrega • *UFRJ, BR*  
Dr. Cleomar Rocha, presidente do conselho • *UFG, BR*  
Dr. Derrick de Kerckhove • *Media Duemilla, IT*  
Dr. Felipe C. Londonho • *Universidad de Caldas, CO*  
Dr<sup>a</sup> Heloisa Buarque de Hollanda • *UFRJ, BR*  
Dr. Hugo Nascimento • *UFG, BR*  
Dr<sup>a</sup> Lucia Santaella • *PUC-SP, BR*  
Dr<sup>a</sup> Maria Luiza Fragoso • *UFRJ, BR*  
Dr. Michael Punt • *Plymouth University, UK*  
Dr<sup>a</sup> Mihaela Punt Tudor • *Université Paul  
Valery Montpellier 3, FR*  
Dr. Stefan Bratosin • *Université Paul  
Valery Montpellier 3, FR*  
Dr<sup>a</sup> Suzete Venturelli • *UnB, BR*

### **PESQUISA E REDAÇÃO**

Cássio Eduardo Souza  
Danielle do Carmo  
Eloá Augusta Ribeiro  
Joseane Oliveira  
Isabella Szabor Machado Mustafé  
Laíse Barbosa Cavalcante  
Polli Di Castro

### **DESIGN GRÁFICO, PROJETO EDITORIAL E DE INTERFACE**

Eloá Augusta Ribeiro

### **APOIO**

Adérito Schneider  
Prof<sup>a</sup> Thais Marinho  
Ana Carolina Amorim  
Felipe Bonfim  
Polli Di Castro  
Marianna Cezar Volpon  
Virgínia Generoso Peçanha

P314 Patrimônio Cultural Imaterial em Goiás / organizador, Cleomar Rocha. - Goiânia : Gráfica da UFG, 2016.

06 p. : Ebook - (Coleção Dimensões Econômicas da Cultura)

Apoio institucional: Universidade Federal de Goiás, Média Lab.

ISBN: 978-85-495-0067-0

1. Patrimônio. 2. Cultura. I. Rocha, Cleomar. II. Coleção.

## Sumário

<b>Patrimônio Imaterial em Goiás .....</b>	<b>5</b>
Cadeia Produtiva .....	6
Números do Setor .....	9
Referências .....	11

## **Patrimônio Cultural Imaterial em Goiás**

O Patrimônio Cultural de um país compreende uma gama de objetos, edifícios, monumentos, edificações, formas de fazer, expressar e pensar o mundo dos distintos grupos étnicos e sociais que compõe a diversidade cultural de nosso território nacional. Para ser oficialmente reconhecido como um patrimônio - nacional, estadual ou municipal - o bem cultural, que pode ser de natureza material ou imaterial, deve passar por um processo de seleção, validação e reconhecimento, junto aos órgãos responsáveis.(IPHAN, 2007) Enquanto o patrimônio material é composto de bens culturais móveis e imóveis, o patrimônio cultural de natureza imaterial se refere à dimensão intangível das manifestações culturais de diferentes grupos étnicos, sociais e religiosos. O patrimônio material se apresenta na forma de bens visíveis e palpáveis como edifícios, monumentos e obras de arte. Já os bens imateriais adentram a ordem do invisível. Dessa forma, os bens imateriais podem ser processos, modos de fazer e interpretar o mundo (IPHAN, 2006).

Apesar de encontrarmos referências à dimensão simbólica e intangível dos bens culturais brasileiros no artigo nº 216 da Constituição de 1988, somente no Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, é instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Dessa forma, os bens culturais imateriais foram colocados em evidência e se tornam alvo de políticas públicas, trabalhos científicos e promovidos para o reconhecimento e conhecimento da população em geral.

Da mesma forma que o patrimônio material conta com o dispositivo jurídico do tombamento para assegurar sua permanência, o registro é a forma que se encontrou para que esses bens fossem reconhecidos e valorizados. Apesar de ser análogo ao tombamento, o instrumento legal denominado “registro” funciona de maneira distintas, pois os bens imateriais, devido sua natureza, não são passíveis de conservação da mesma forma que um bem móvel ou imóvel. Dessa forma, o registro funciona da seguinte maneira

Mais do que uma inscrição em Livro público ou ato de ortorga de um título, o registro corresponderá à identificação e produção do conhecimento sobre o bem cultural. Equivalerá a documentar, pelos meios técnicos mais adequados, o passado e o presente da

manifestação e suas diferentes versões, tornando essas informações amplamente acessíveis ao público, mediante a utilização dos recursos proporcionados pelas novas tecnologias de informação. O objetivo é manter o registro da memória desses bens culturais, pois esta é a única maneira possível de “preservá-los”. (IPHAN, 2002, p. 10)

No caso dos bens imateriais de interesse nacional, o órgão responsável é o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional que depois de avaliar o processo e a relevância do bem, encaminha para a inscrição em um dos livros: Livro dos Saberes; Livro das Celebrações; Livro das Formas de Expressão e o Livro dos Lugares. Atualmente, o IPHAN possui registrado em seus livros<sup>1</sup>, 38 bens culturais de natureza imaterial e 22 bens em processo de registro.

O registro e o reconhecimento oficial do valor cultural, histórico, étnico e simbólico de um bem imaterial chamam a atenção para os resultados materiais e visíveis dos processos que constituem o patrimônio imaterial. A partir do momento que um bem é registrado e colocado em evidência, ele também é investido de valor econômico análogo a de um artefato arqueológico ou de uma obra de arte, devido às suas características originais e singulares, principalmente pelo valores simbólicos culturais que carregam consigo. Por isso, o Departamento de Patrimônio imaterial do IPHAN tem se preocupado em acompanhar e avaliar os impactos econômicos, culturais e sociais que sofreram esse processo de patrimonialização. Segundo Sant’Anna, os bens culturais:

[...] são também formas de sobrevivência para inúmeros grupos e populações. São portadores de valor econômico, passíveis de se tornarem importantes meios para o desenvolvimento. Assim sendo, o DPI entende que as necessidades de adaptação, desenvolvimento e aperfeiçoamento não podem ser ignoradas e atua também para a documentação de aspectos específicos e, em certos casos, para a produção de conhecimento necessário ao aperfeiçoamento ou ao desenvolvimento de novos produtos a partir das técnicas tradicionais (SANT’ANNA, 2005, p. 9).

Verificando recomendações e discussões ocorridas no âmbito da UNESCO, é possível verificar que ainda não há um consenso sobre qual seria a forma responsável de colocar esses bens e serviços no mercado, uma vez que a

---

<sup>1</sup> Informações referentes aos bens registrados: disponível em <http://portal.iphan.gov.br/bcrE/pages/indexE.jsf>

natureza coletiva dessas manifestações não se encaixariam nas atuais características dos direitos autorais (IPHAN, 2012, p.58).

## Cadeia Produtiva PATRIMÔNIO IMATERIAL BONECAS KARAJÁS

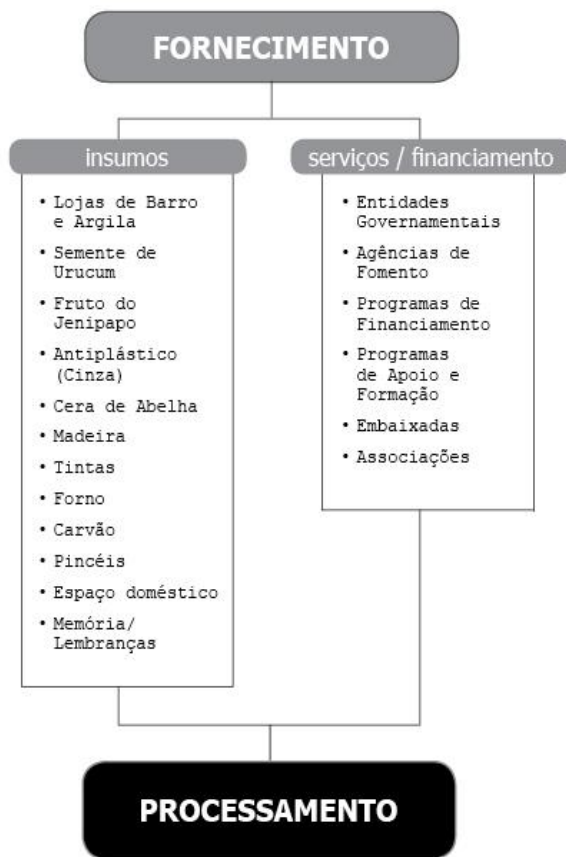


patrimônio imaterial

\*metáfora

indicativo de métrica

indicativos conceituais







patrimônio imaterial

• [XXXXX](#) código CNAE

## **Números do Setor**

Devido às características diversas dos bens culturais imateriais, a dimensão econômica desse setor não pode ser mensurada com base na fonte de dados utilizada para o mapeamento realizado pelo Observatório Brasileiro de Economia Criativa (OBEC-GO). Em consulta ao banco de dados do IPHAN, encontramos as seguintes manifestações inscritas como patrimônio imaterial da nação que abrangem o Estado de Goiás:

### **Lista de bens Registrados no Estado de Goiás**

**Bem material:** Ofício dos Mestres de Capoeira

**Livro de Registro:** Saberes

**Data de Registro:** 21/10/2008

**UF:** AC, AL, AP, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MT, MS, MG, PA, PB, PR, PE, PI, RJ, RN, RS, RO, RR, SC, SP, SE, TO

**Abrangência:** nacional

**Bem material:** Roda de Capoeira

**Livro de Registro:** Formas de Expressão

**Data de Registro:** 21/10/2008

**UF:** AC, AL, AP, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MT, MS, MG, PA, PB, PR, PE, PI, RJ, RN, RS, RO, RR, SC, SP, SE, TO

**Abrangência:** nacional

**Bem material:** Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis-GO

**Livro de Registro:** Celebrações

**Data de Registro:** 25/01/2012

**UF:** GO

**Abrangência:** local

**Bem material:** Saberes e práticas associados aos modos de fazer Bonecas

Karajá

**Livro de Registro:** Saberes

**Data de Registro:** 13/05/2010

**UF:** TO /GO

**Abrangência:** local

**Bem material:** Ritxókó: Expressão Artística e Cosmológica do povo Karajá

**Livro de Registro:** Formas de Expressão

**Data de Registro:** 25/01/2012

**UF:** TO /GO

**Abrangência:** local

Podemos perceber que alguns bens são de abrangência nacional e outros local. O dossiê elaborado por pesquisadores do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás, indica que nas aldeias de Aruanã (GO), há uma produção das Ritxòkò de forma tradicional. Ainda não possui uma logística de produção e exploração econômica desses produtos, mas podemos encontrá-los à venda em museus de Goiânia.

Sabemos que esse setor, assim como os outros, demandam insumos especiais e mão de obra especializada tradicional como os chamados Mestres no caso da capoeira e das bonecas karajás. Já no caso da Festa do Divino, por ser uma manifestação religiosa, se torna atraente pelo seu acontecimento, dessa forma podemos concluir que há uma movimentação econômica intensa na cidade de Pirenópolis, não somente das atividades relacionadas ao turismo, mas também dos próprios moradores que providenciam, muitas vezes por meio de financiamento coletivo, os bens e serviços necessários para a realização da festa tradicional religiosa assim fazendo a economia da cidade se movimentar de forma direta e indireta.

## REFERÊNCIA

CASTRO, Maria Laura V; LONDRES, Maria C. **Patrimônio imaterial no Brasil**. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

IPHAN. **O Registro do Patrimônio Imaterial**: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 4. ed, 2006.

\_\_\_\_\_. Patrimônio: práticas e representações. IPHAN/COPEDOC: Rio de Janeiro, 2007. Disponível em <  
[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/MesProfPat\\_PraticasReflexoes\\_1\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/MesProfPat_PraticasReflexoes_1_m.pdf). Acesso em 22/03/2016.

SANT'ANNA, Márcia. Políticas públicas e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. In: FALCÃO, Andréa (Org.). **Registro e políticas públicas de salvaguarda para as culturas populares**. Rio de Janeiro: Iphan, 2005. p0. 7-13.